



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DOE | DIÁRIO OFICIAL
ELETRÔNICO**



Data de disponibilização: 17 de junho de 2025

Edição nº 1389

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional	SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ Subprocurador-Geral Judicial	VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY Subprocurador-Geral Recursal
EDUARDO TAVARES MENDES Corregedor-Geral do Ministério Público	MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITTA Ouvidor do Ministério Público	

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA Lean Antônio Ferreira de Araújo Presidente		
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Dennis Lima Calheiros Marcos Barros Méro Maurício André Barros Pitta Helder de Arthur Jucá Filho Neide Maria Camelo da Silva	Walber José Valente de Lima Vicente Felix Correia Valter José de Omena Acioly Isaac Sandes Dias Maria Marluce Caldas Bezerra Luiz José Gomes Vasconcelos Sandra Malta Prata Lima	Lean Antônio Ferreira de Araújo Eduardo Tavares Mendes Denise Guimarães de Oliveira Sérgio Amaral Scala Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos Silvana de Almeida Abreu

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO Lean Antônio Ferreira de Araújo Presidente		
Eduardo Tavares Mendes Valter José de Omena Acioly	Lean Antônio Ferreira de Araújo Maurício André Barros Pitta Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos	Marcos Barros Méro Isaac Sandes Dias

Procuradoria-Geral de Justiça

Atos

ATO PGJ Nº 20/2025

Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, a publicidade dos procedimentos administrativos.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, ao considerar:

I – a recomendação contida no item 3.2.1, (i), "e", do Relatório da Correição em Órgãos de Controle Disciplinar do Ministério Público do Estado de Alagoas (Procedimento n. 1.00719/2024-61), realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público;

II – o disposto na Súmula n. 3/2018 do Conselho Nacional do Ministério Público, com a seguinte redação: "O sigilo, nos procedimentos administrativos, inclusive disciplinares, só é admitido em caráter excepcional, dada a regra da publicidade, consagrada nos arts. 5º, XXXIII, 37. 93, IX e X. da Constituição da República";

III – a deliberação do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, em sua 11ª Reunião Ordinária, realizada em 12/06/2025, que por unanimidade opinou de modo favorável ao teor deste Ato, nos termos do art. 12, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 15/1996.

RESOLVE

Art. 1º O sigilo, nos procedimentos administrativos, somente será admitido por decisão fundamentada, para proteger a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, ou por motivo de interesse público ou social, dada a regra da publicidade, com fulcro no art. 5º XXXII, 37 e 93, IX e X, da Constituição da República.

Art. 2º Os processos administrativos disciplinares (PADs) tramitarão em sigilo até a sua decisão final, podendo a autoridade responsável, fundamentadamente, observado o disposto no artigo anterior, facultar a sua publicidade.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 16 de junho de 2025.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

Despachos do Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, DESPACHOU NO DIA 16 DE JUNHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 02.2025.00005930-9.

Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia/AL.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, com a seguinte ementa: "PIC. Arquivamento. Assento nº 003/2024-CSMP c/c Resolução nº 181/2017-CNMP e Ato PGJ nº 25/2024. Precedente ADI 6305-DF (STF). Ciência de revisão da decisão de arquivamento. Conhecimento, seguida de devolução dos autos ao órgão natural de execução para que o mantenha em seu acervo digital em face da eventual necessidade ulterior consulta pelo mesmo". Devolvam-se os autos ao interessado.

Proc: 02.2025.00006057-1.

Interessado: Promotoria de Justiça de Piranhas - MPAL.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, com a seguinte ementa: "Conflito negativo de atribuições. Suposta irregularidade imputada a entidade de interesse social, sediada em Piranhas/AL. Incidência do art. 9º, IX, da Lei Complementar nº 15/96. Pelo reconhecimento da legitimidade para agir da Promotoria de Justiça de Piranhas". Devolvam-se os autos ao interessado.

Proc: 02.2025.00006235-8.

Interessado: Superintendência de Regulamentação de Atos Governamentais (SUPRAG).

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, pela ciência e cumprimento da decisão proferida pelo STF na ADI nº 7289-AL, determino a remessa de traslado, via e-mail institucional, para conhecimento dos demais órgãos do Ministério Público do Estado de Alagoas e, ato contínuo, pelo arquivamento do feito.

Proc: 02.2025.00006236-9.

Interessado: André Alves.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, antecedido de emissão de certidão ao interessado.

Proc: 02.2025.00006282-5.

Interessado: Unidade de Integridade do Futebol Brasileiro (UIFB).

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais da Capital.

Proc: 02.2025.00006351-3.

Interessado: Unidade de Integridade do Futebol Brasileiro (UIFB).

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2025.00006357-9.

Interessado: Jomar Amorim de Moraes.

Assunto: Requerimento de providências.